

## O capítulo final do lulismo?

Leonardo Octavio Belinelli de Brito<sup>1</sup>

### Resenha do livro:

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (org). *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

Em matéria de ciências sociais, existem certas conjunturas históricas que potencializam interesse por reflexões sobre certo assunto ou objeto. Esse é o caso da relação entre o momento turbulento pelo qual o país passa e o livro *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* (2016), organizado por André Singer e Isabel Loureiro, que contém textos de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos do Direito e da Cidadania (Cenedic), da Universidade de São Paulo (USP), no contexto do projeto “Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI” (2014-16).

O livro se estrutura segundo uma lógica que vale a pena assinalar. Depois do texto introdutório dos organizadores, o artigo que se segue, de autoria de André Singer, tem marcado conteúdo, por assim dizer, “político”; os cinco subseqüentes, escritos por Ruy Braga, Leonardo Mello e Silva, Isabel Loureiro, Carlos Alberto Bello e Cibele Rizek se debruçam sobre o que poderia ser chamado, com alguma licença conceitual para a generalidade do epíteto, de matérias de acento “sociológico”; em seguida, os dois textos que fecham a coletânea, escritos por Wolfgang Leo Maar e Maria Elisa Cevasco, fazem leituras com base em matrizes “teórico-críticas” sobre os quadros históricos forjados pelos ensaios precedentes. Em suma: parece haver certa ordenação que reúne análises sobre

1 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – belinelli.leonardo@gmail.com

temas mais “particulares”/conjunturais e que segue até atingir reflexões mais “gerais”/estruturais.

Esse movimento, no entanto, é feito com cautela. Ciosos das expectativas dos leitores e dos riscos intelectuais e políticos que uma análise apressada traz à reflexão, Singer e Loureiro avisam de saída “[...] que o [livro que o] leitor tem em mãos [faz] uma análise que se interrompe em 2014 e que não visa dar conta da situação que se seguiu, tema para novas pesquisas. Em outras palavras, limita-se à tentativa de apontar traços do processo anterior ao colapso do lulismo.” (Singer; Loureiro, 2016: 14). Porém, essa afirmativa prudente não deve reduzir o ânimo da leitura. Ao contrário, as expectativas pelas ansiadas explicações sobre o momento crítico que vive o Brasil encontram retornos em seus artigos, os quais se dedicam a variados temas cujos sentidos devem ser buscados em algumas análises precedentes de seus autores. Por isso deve ser levada a sério a observação de Singer e Loureiro (cf. *Idem*: 11-2) segundo a qual o presente volume deve ser entendido, em parte, como uma continuação de *A era da indeterminação* (2007) e *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (2010), livros que organizaram os resultados de pesquisas feitas pelos acadêmicos reunidos no Cenedic em momentos anteriores. Lidos em conjunto, os livros conformam um notável painel de análise crítica do período no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) estava no topo do sistema político brasileiro. Não é o caso de resumir os argumentos desses livros no espaço dessa resenha, de maneira que resta ao leitor verificar se essa hipótese faz sentido. Em favor da ideia, cabe frisar um elemento que permite a leitura conjunta desses livros: o alerta, em forma de crítica insubordinada, de que as gestões conciliatórias do PT no governo federal causaram não só o aprofundamento de alguns dos elementos centrais da nossa má-formação histórica, como também geraram, para seu próprio sucesso, uma despolitização da democracia brasileira. Se esse for o caso, o leitor poderá observar que é possível que algumas das sementes da crise atual da democracia brasileira já estivessem presentes nos momentos de sucesso do modelo de governo levado adiante pelo PT.

No entanto, cada processo histórico tem suas especificidades, de modo que suas tendências podem, ou não, realizar-se. Por isso, ressaltou-se que esse livro é apenas “em parte” continuação dos demais. Há diferenças no presente volume que são decisivas para a compreensão adequada da economia argumentativa do livro. É novamente no texto introdutório dos organizadores que encontramos as pistas para percebê-las. Uma delas se refere ao seu objeto: “Em particular, o objeto desse estudo são as características surgidas a partir de 2008, quando, pressionado pela crise econômica internacional, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva acentuou o caráter progressista da experiência, o que foi seguido e acelerado por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (2011-2014).” (idem: 10). Assim, os leitores da obra ficam avisados de que aquele fenômeno político contraditório batizado por André Singer (2012) como “lulismo” passou por um deslocamento que será decisivo para compreender o seu destino: a sua intensificação.

Esse é um ponto importante a ser analisado, pois é significativo que o livro parta de alguns dos argumentos que Singer apresentou em *Os sentidos do lulismo* (2012). Essa baliza conceitual não era aquela que articulava os diagnósticos conjunturais produzidos pelos livros anteriores do Cenedic<sup>2</sup>. Sendo assim, é razoável indagar: qual é o impacto dessa mudança? Salvo melhor entendimento, *As contradições do lulismo* parece ressaltar um elemento articulador entre suas análises e as anteriores – incluída aí a de Singer sobre o lulismo –, qual seja: o da despotilização da vida social e econômica, por sua vez, causada pela maneira como o PT efetuou os pactos sociais e políticos para concretizar seu momento de hegemonia. Essa tese, por exemplo, rege os capítulos escritos por Cibele Rizek, Carlos Alberto Bello e Wolfgang Leo Maar. Ao mesmo tempo, no entanto, os ensaios parecem sugerir que a crise pela qual o lulismo passou – passa? – significa que o pouco que o conjunto de políticas reunidas sob esse termo fizeram eram, na verdade, sinais de esperanças por uma sociedade mais igualitária que ficam, por agora, suspensas.

Se a ênfase na dimensão despolitizadora do lulismo é o que confere o “ar de continuidade” entre o presente volume e as demais coletâneas produzidas pelo Cenedic (bem como o livro *Os sentidos do lulismo*, de Singer), não é menos verdade que a atual conjuntura apresentou elementos novos. Nesse plano, as formulações recentes de André Singer parecem configurar os marcos que encaminham a compreensão dessas novidades, como revela o lugar especial que as teses defendidas no seu artigo “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)” (Singer, 2015) ocupa no livro; não à toa, o texto foi reformulado e é reapresentado nesse volume sob o título “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2016). Nesse texto, o autor constrói uma narrativa sobre a luta travada entre o governo Dilma Rousseff e os representantes do que denomina “núcleo do capital” no que tange ao processo de estabelecimento da chamada “nova

---

2 Nesse espírito, convém lembrar que Singer e Francisco de Oliveira – fundador do Cenedic e para quem *As contradições do lulismo* é dedicado – protagonizaram um rico debate acerca da natureza dos governos do PT (Goes; Brito, 2015).

matriz econômica”. Os centros da disputa foram algumas medidas de política econômica que, segundo a visão do governo, poderiam constituir um conjunto coordenado de políticas que poderiam iniciar um processo de reindustrialização do país. Estaria subjacente ao esforço do governo a ideia de que tal conjunto de propostas faria com que os setores industriais da burguesia nacional se tornassem seus aliados. O momento conjuntural mais ressaltado pela análise do autor é aquele que denomina a “batalha do *spread*”, no qual o governo pressionou os bancos a reduzirem suas taxas de lucro.

A análise de Singer é especialmente feliz quando concatena os mínimos detalhes dos embates políticos noticiados pela imprensa diária com reflexões de larga escala, operando um tipo de análise que, paulatinamente, reúne os elementos particulares para construir o seu sentido político mais amplo. Exemplo disso é a síntese que o autor faz de nove medidas que o governo Dilma Rousseff teria tomado para criar as condições materiais para o *start* de seu ensaio desenvolvimentista. O autor sublinha: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida.” (idem: 33). A tomada de posição de Dilma, entretanto, teria sido preparada, ainda que discretamente, pelo seu antecessor, que o fez em resposta à crise mundial do final da década de 2000 (cf. Singer; Loureiro, 2016: 10).

Depois de certa demonstração de força inicial, o plano econômico do governo teria passado a sofrer uma série de derrotas que foram reduzindo as possibilidades de sucesso de seu plano e teria atingido seu ponto crítico com o aumento da taxa de juros ocorrido em 18 de abril de 2013, interpretado pelos seus adversários liberais como um reconhecimento do risco inflacionário. As medidas seguintes do governo – aumento contínuo dos juros, corte do investimento público, aumento da taxa de retorno das concessões, privatizações da área de transportes – demonstrariam que a maré positiva estava em vias de acabar. As críticas contra o “intervencionismo” do governo ganharam um aliado poderoso: o conjunto de revoltas de junho de 2013, que acuou ainda mais o governo em sua posição, agora minoritária. É importante observar: de acordo com Singer, a perda gradativa de potência do ensaio desenvolvimentista se deveria ao fato de que a “burguesia industrial” passou a se afastar, a partir de 2012, daquilo que chama de “coalizão produtivista” – composta pelo governo Rousseff, pela burguesia industrial e pelas organizações dos trabalhadores – e passou a se aproximar do lado “rentista”, coalizão composta pelos representantes do capital financeiro, do agronegócio e de parcelas da classe média. (cf. Idem: 44)

Para explicar esse afastamento, o autor utiliza quatro ideias: a) de que a “burguesia industrial” seria também rentista, o que lhe imputaria interesses contraditórios; b) o pleno emprego mantido pelo governo no período fez com que os empresários dele se afastassem, pois uma das ferramentas mais eficazes para exercer sua preponderância social seria justamente o controle da taxa de desemprego; c) teria havido uma transformação da relação entre a “burguesia interna” e o capital internacional a partir da crise de 2008, o que se deveria à tentativa por parte dos EUA de rearranjar o comércio internacional ocidental com base nas movimentações crescentes de China, Índia e Rússia. Por essa razão, os industriais teriam se aproximado dessa proposta de alinhamento aos EUA em detrimento daquela que advogava a aproximação com o Mercosul; d) os empresários industriais seriam sensíveis aos argumentos dos economistas ortodoxos, que encontram grande circulação na mídia. A combinação desses quatro fatores teria sido potencializada pela oscilação da taxa de lucro do empresariado, em parte comprometida por ações diretas do governo. Em suma, o autor resume assim sua tese sobre as crescentes dificuldades do governo Dilma Rousseff: “Em outras palavras, ao mesmo tempo em que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital, se indis pôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social.” (idem: 51). Essas e outras insatisfações, além do impacto da operação Lava-Jato, enfraqueceram decisivamente o governo.

Seguindo os argumentos apresentados por Singer para explicar o afastamento da burguesia industrial do projeto dilmista, podemos deduzir que a sua aversão ao projeto desenvolvimentista é estrutural – embora contenha elementos, por assim dizer, “conjunturais”. Cabe perguntar, então: o projeto de Dilma Rousseff tinha chances de dar certo? Ou ele estava baseado numa avaliação equivocada da realidade? A posição do autor é clara a esse respeito: “Caso estivesse disposta a comprar tal briga até o fim, Dilma teria que mobilizar extensas camadas populares para sustentar ofensiva tão ampla. Só com uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores e camadas populares seria possível conter as feras.” (idem: 53). Diante dessa assertiva, caberia ainda indagar: caso fossem tomadas tais medidas de mobilização, não se trataria de outro projeto político? No texto, não há resposta clara para essa indagação. Vale lembrar ainda que, como o mesmo autor observou em outra ocasião (Singer, 2012), o lulismo é desmobilizador. Sendo assim, diante dessa argumentação, podemos aduzir que a diferença entre o “reformismo fraco” (o lulismo) e o “reformismo forte” (o desenvolvimentismo), do ponto de vista estratégico, pode ser tomado como qualitativo e não apenas quantitativo, como podem

fazer acreditar os termos “fraco” e “forte”. Levada a constatação de Singer sobre os equívocos políticos do governo Dilma a sério, parecem se abrir duas possibilidades políticas para a(s) esquerda(s) brasileira(s) no futuro: ou se prende ao reformismo fraco lulista ou se busca ir além da tentativa de Dilma, o que significaria mobilizar os setores mais desfavorecidos da população.

Já no eixo propriamente “sociológico” do livro, graça o “ar de continuidade” entre o governo Dilma e os governos Lula. Na esteira de seus trabalhos anteriores, dentre os quais se destaca *A política do precariado* (2012), Ruy Braga estuda o comportamento político das classes sociais subalternas para compreender de que maneira a tensão entre o que chama de “regulação política” e “acumulação econômica” chegou ao ponto de colapsar o que denomina como “hegemonia lulista”. Mais especificamente, o autor estuda dois elementos preponderantes na vivência e na atuação política das classes que estuda: a segregação urbana e a organização sindical. Segundo Braga, seria com base no estudo das transformações do comportamento político dessas classes que se poderia compreender os motivos pelos quais foram para as ruas em junho de 2013.

Uma das principais contradições que identifica no modelo de desenvolvimento lulista é o fato de que nele há o predomínio do que Singer chamou de “reformismo fraco” (cf. Braga, 2016: 56) com a crescente precarização do trabalho – baixos salários, rotatividade e flexibilização dos empregos. Esse processo não teria passado em branco pela classe trabalhadora, como indicaria a sua crescente mobilização desde 2008. Por outro lado, a hegemonia lulista teria uma particularidade no que se refere à sua relação com os trabalhadores: uma parcela importante do alto estrato dos sindicalistas teria sido incorporada à máquina do Estado para gerir fundos de pensão de funcionários públicos que ajudam na própria dinamização dos investimentos do capitalismo brasileiro, de maneira que configurariam o que Braga denomina como “uma nova burguesia de Estado” (Cf. Idem: 59), conceito que remete explicitamente ao conceito de “burguesia de Estado” formulado por Fernando Henrique Cardoso (1975) para explicar as vias de acesso da relação entre o Estado e a sociedade durante o período do regime militar. Nesse sentido, Braga não deixa de assinalar que essas paralisações, a seu ver crescentes, tiveram a especificidade de acontecerem contra a vontade de lideranças ligadas ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Outro elemento decisivo no texto de Braga se refere à maneira como caracteriza o modelo lulista de desenvolvimento. Ao tomá-lo como “pós-fordista” e relativizar os ganhos econômicos dos trabalhadores, Braga parece ter optado por sublinhar a continuidade entre os períodos de governo do PT e os de seus antecessores, como revelariam o processo de terceirização do terceiro setor,

com destaque para o “onguismo”, e a aposta no desenvolvimento do país via conjunção obscura entre os setores público e privado, representada pelo programa *Minha Casa, Minha Vida*. Nesse plano, o sociólogo parece acompanhar a argumentação de Francisco de Oliveira (2011), cujos trabalhos, além de pautarem as pesquisas anteriores do Cenedic, enfatizava a ideia de que os elementos precarizados – informais, “atrasados” – são parte constitutiva dos processos de modernização do país, o qual gera crescente desagregação social, como exemplifica o caso da segregação urbana.

Pelo que dissemos no início da resenha, importa frisar o fato de Ruy Braga discutir o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff na parte final de seu texto. Na sua interpretação, o *impeachment* seria resultado das contradições do próprio modelo de desenvolvimento lulista. “Aqui, vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo Dilma Rouseff não devido ao que este concedeu aos setores populares, mas por aquilo que não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.” (Braga, 2016: 92)

Em seu texto, Leonardo Mello e Silva retoma alguns problemas da sociologia do trabalho que caracterizam os seus estudos nos âmbitos dos projetos anteriores do Cenedic. Nesse artigo, o autor toma como objeto de estudo as estratégias de ação utilizadas por sindicatos para atuarem no processo de desconcentração produtiva das empresas multinacionais. Um ponto de interesse do estudo é chamar a atenção para a resiliência do operariado industrial, o que o coloca na contramão de parte da sociologia contemporânea, que enfatiza a sua dissolução. Segundo Mello e Silva, não haveria dissolução, mas o espalhamento dos empregos industriais ao redor do globo nas formas de terceirização e de empregos industriais com menores salários nos países periféricos.

Na sua contribuição ao livro, Mello e Silva destaca as redes internacionais de sindicatos, herdeiras das federações internacionais de sindicatos que se organizavam por ramos de atividade. O momento marcante do surgimento de tais redes foram os movimentos de resistência à globalização dos anos 1990, em especial aquele ocorrido em Seattle (EUA). Diante dos desafios impostos por esse processo de mundialização do capital, teriam surgido redes de cooperação entre operários do Norte e do Sul do planeta que se caracterizariam pelo seu “basismo” e pela sua ação nos moldes de campanha – em contraposição ao modelo de negociação salarial intramuros. Além disso, esses sindicatos globais permitiriam que a circulação de informações sobre as estratégias das empresas multinacionais seja mais eficiente, permitindo uma organização trabalhista

superior, porque mais bem informada. Em plano local, a CUT foi a primeira organização brasileira a aderir ao processo, no que vem sendo acompanhada mais recentemente por outras organizações, como a Força Sindical. Além disso, alguns sindicalistas brasileiros ocupariam papéis importantes nessas organizações internacionais, o que o autor atribui, em certa medida, ao protagonismo da relação entre CUT e o PT nos âmbitos nacional e internacional.

Já a filósofa Isabel Loureiro se debruça sobre as relações do agronegócio e da agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com as políticas lulistas. Loureiro observa que os governos petistas não só nada fizeram para levar adiante a reforma agrária, como realizaram medidas que aprofundaram a concentração de terra. Além disso, os governos do PT liberaram os transgênicos em 2009, bem como permitiram os avanços das fronteiras agrícolas sobre biomas vulneráveis. Dito em poucas palavras: a hegemonia do agronegócio foi reforçada durante os últimos quatorze anos, em parte devido ao *boom* das *commodities* nesse período. Simultaneamente, entretanto, os governos desse período fizeram concessões aos movimentos populares organizados do campo brasileiro, como sinalizam o aumento de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o fortalecimento dos programas de compras de alimentos produzidos pelos pequenos camponeses por parte do governo e o programa de treinamento em agroecologia, que teve resultados modestos. Em outro plano, a autora também analisa o processo de incorporação da agroecologia na pauta do MST, modelo de produção de alimentos que o movimento entende como antagônico em relação à adotada pelo agronegócio. Porém, por variados motivos – dentre os quais, a falta de recursos que sejam específicos para esses fins, falta de técnicos especializados em agroecologia –, o MST não consegue colocar em prática a sua proposta agroecológica, salvo em parte muito reduzida de seus assentamentos.

No seu capítulo, o sociólogo Carlos Alberto Bello estuda, com base em diversos ângulos, as percepções sobre a relação entre pobreza e políticas de transferência de renda, em especial o caso do Bolsa Família (BF). Seu texto parte de uma discussão complexa: o que significa ser pobre no Brasil? Quais são os critérios para estabelecer as linhas de demarcação entre os segmentos sociais? Depois de discuti-la, o autor destaca, em linhas gerais, o modo de funcionamento do BF e as interpretações dos estudiosos sobre o assunto. Embora reconheça, na linha da argumentação de Singer (2012), que o conjunto de medidas – além do próprio BF, aumento do salário mínimo, programa Luz Para Todos, ProUni, Fies, entre outros – adotadas pelos governos petistas possam ter tido um impacto considerável nas regiões mais pobres, Bello caracteriza o BF como um



programa muito limitado para atingir o propósito que lhe é atribuído, o de erradicar a pobreza. Em especial, isso se deveria à sua desarticulação com a noção de direitos da cidadania, bem como à ausência de vínculos com outros programas sociais, falta de mecanismos de participação dos beneficiários, inexistência de organização da população que recebe o benefício e o seu distanciamento de outros setores sociais (Cf. Bello, 2016: 163).

São especialmente interessantes as seções nas quais Bello se dedica a escrutinar, entre as pesquisas já feitas por outros pesquisadores, quais são, no geral, as percepções do conjunto da população brasileira sobre a pobreza e, em particular, quais são as avaliações das elites e dos beneficiários do BF sobre esse programa de transferência de renda. Os resultados são esclarecedores. Neles, haveria a convergência para a ideia de que boa parte da sociedade brasileira não aprova programas de redistribuição de renda e acredita que a culpa da pobreza é de suas vítimas. No que se refere à percepção dos beneficiários do BF sobre o programa, o autor apresenta uma revisão da literatura sobre o assunto e procura indicar de que maneira sua tese acerca da relação entre os beneficiários do BF e o programa está em estreito diálogo com os achados dos demais pesquisadores do tema. No essencial, sua tese é a de que o BF é encarado pela maioria dos seus beneficiários como uma “ajuda” do governo, o que revela sua falha em mobilizar seus beneficiários na busca por reconhecimento de sua cidadania, o que se liga à ideia sobre o caráter “despolitizante” do lulismo.

Por sua vez, o texto de Cibele Rizek também apresenta traços salientes de continuidade com os demais produzidos pela pesquisadora com base em pesquisas anteriores do Cenedic. Nessa pesquisa, a autora tomou como tema as políticas sociais e culturais do período lulista, com o objetivo de compreender seus impactos no cotidiano de uma fração da cidade de São Paulo.

Embora reconheça certos avanços dos governos petistas no que tange à política cultural, Rizek argumenta que eles não alteraram algumas das balizas que configuraram as políticas culturais do período neoliberal, como a chamada Lei Rouanet e as leis de incentivo, que passaram a ser tomadas como se esgotassem o tema da produção e difusão da cultura no país, razão pela qual passaram a funcionar como obstáculos ao aprofundamento dos debates sobre a democratização da cultura no Brasil. Sinal disso seria o fato de que a destinação das verbas para cultura são decididas pelos departamentos de *marketing* das empresas privadas, o que revelaria a prevalência do interesse privado sobre o interesse público (cf. Rizek, 2016: 187). A novidade no cenário cultural, que se estabeleceu entre o período final do segundo mandato de Lula e início do primeiro mandato de sua sucessora, foi a ênfase no discurso da chamada

“economia criativa” e no “empreendedorismo cultural”. A autora é contundente em sua análise sobre o assunto: o processo de financiamento da cultura por meio da “economia criativa”, na qual reinam os processos de flexibilização do trabalho acabam por tornar “sujeitos econômicos em atores de autoempresariamento, no rumo de um arranjo societário assentado na empresa devidamente louvada e naturalizada como modelo de eficiência.” (Rizek, 2016: 191). É esse o processo que a socióloga analisa na sua etnografia, na qual se destaca o acompanhamento da trajetória do “agente cultural” Lísia que, na sua “viração”, iluminaria o processo promíscuo de interpenetração entre elementos públicos e privados no Brasil contemporâneo. Em sua análise, Rizek busca demonstrar como as classes populares se tornaram um nicho de negócios em que os trabalhadores são sistematicamente superexplorados pelos processos de precarização do trabalho, como revelaria a vida “por projetos”, na qual os trabalhadores só podem contar com seu emprego até o fim de um projeto cultural. Depois disso, seria preciso “se virar” e procurar outro.

É justamente esse processo de privatização da sociabilidade no Brasil que constitui o tema do texto de Wolfgang Leo Maar. Recorrendo ao arsenal teórico da Teoria Crítica, o filósofo faz um panorama sobre a evolução da sociabilidade capitalista no Brasil do século XX, com foco na linha evolutiva da estruturação da esfera pública do país, interpretada como a origem da forma sócio-histórica da luta de classes no período atual teria raízes anteriores. Argumentando que o conflito entre público e privado sempre foi determinante na conformação da esfera pública brasileira, o autor frisa que o polo do “público” nem sempre quer dizer “republicano”, pois frequentemente foi utilizado para, na verdade, financiar o polo “privado” da equação.

Ao abordar os casos dos governos petistas, Leo Maar observa que eles herdaram um Estado em crescente processo de privatização, o que reconfiguraria os termos históricos da luta de classes no país. “Nessa medida, a disputa em torno do caráter público nas políticas econômicas e sociais constitui a questão central da luta de classes atual entre nós.” (Leo Maar, 2016: 225). O terreno dessa disputa é um terreno movediço, cujo cerne seria o processo de reestruturação produtiva que atingiu o Brasil a partir dos anos 1990, origem da reorganização das classes sociais brasileiras. O que estaria em xeque no momento atual seriam as possibilidades de criação de uma solidariedade social que fosse capaz de impulsionar um projeto verdadeiramente público de sociabilidade. Embora reconheça que os governos petistas não se opuseram com o vigor necessário ao processo de privatização do Estado e da esfera pública brasileira, o autor critica a “esfera pública tecnológica” – isto é, a mídia e seus tentáculos na *web* – por não ter

repercutido as propostas de políticas públicas dos governos petistas. Apesar disso, o autor parece apostar na limitação do discurso conservador sobre os governos petistas, o que reinscreveria no horizonte a possibilidade de existência de lutas por participação popular e direitos da cidadania.

Nas trilhas da tradição crítica brasileira, Maria Elisa Cevasco fecha a coletânea com um ensaio sobre a crítica cultural materialista de Roberto Schwarz. Debruçando-se sobre alguns dos principais ensaios do crítico literário acerca das conjunturas brasileiras entre o período de 1970 e 2001, Cevasco realiza um painel sobre a visão de Schwarz acerca do processo histórico brasileiro no período citado, com especial atenção nos desdobramentos políticos, sociais e culturais resultantes da modernização pela qual o Brasil passou e na transformação da esquerda brasileira em uma “esquerda conformista”.

Dito isso, ficam claras as razões pelas quais Cevasco começa sua reflexão sobre a obra de Schwarz pelo texto, publicado pelo crítico literário em 1970, “Cultura e Política, 1964-1969”, recolhido em *O pai de família e outros estudos* (1978), no qual o crítico literário examina o papel cultural e político do tropicalismo. Cevasco assinala que esse movimento artístico, segundo Schwarz, “vai conseguir figurar o dualismo que define uma maneira de pensar nossa experiência social e mostrar como o novo momento histórico o modifica e troca os sinais dos termos que antes definiam oposições irreconciliáveis.” (Cevasco, 2016: 257). Em síntese, Schwarz afirma que o golpe de 1964 gerou um regime político modernizador que funcionalizava o “atraso” para se reproduzir. No plano cultural, esse cenário teria permitido uma nova configuração cultural, percebida pelos tropicalistas: o país entrava na onda modernizadora, da qual a implantação da indústria cultural local fazia parte, e nada mais brasileiro do que se valer dela para cantar nossas misérias, agora tidas como insuperáveis. Eis aí a sua dimensão conformista. Em seguida, a autora sintetiza o balanço que Schwarz faz do período da redemocratização até 1994 em “Fim de século”, ensaio coligido em *Seqüências brasileiras* (1999). Terminado o ciclo desenvolvimentista – cuja promessa socialmente integradora não se completou –, teríamos entrado num período de desmanche do ideário anterior, o que se deveria, em parte, aos fortes apelos da globalização. Para situar seu diagnóstico, Schwarz recorreu à teoria do sociólogo alemão Robert Kurz, autor de *O colapso da modernização*. Por fim, a autora se dedica aos ensaios que compõem o último livro de Schwarz, *Martinha versus Lucrecia*, no qual tem lugar especial a análise sobre *Verdade Tropical*, autobiografia de Caetano Veloso. Nela, Schwarz procura mostrar de que maneira a trajetória intelectual e artística de Caetano figura um aspecto mais geral da contemporaneidade: a já aludida conformação da esquerda aos moldes da

sociabilidade capitalista. Não à toa, esse problema apareceria, de variadas maneiras, nos vários outros perfis que compõem este livro de Schwarz.

Em suma, o livro parece ter sido escrito em espírito de conclusão, especialmente adequado para nos animar a fazer uma revisão do que passamos na última década. Talvez ela nos auxilie a descobrir alguns dos elementos que impediram que o Brasil consolidasse uma inflexão civilizatória. Diante desse quadro desolador, é preciso dar o primeiro passo em sentido contracorrente. Esse é o cerne da crítica, tal como nos lembra *As contradições do lulismo*.

## Referências:

- BELLO, Carlos. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 157-184.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 55-92.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CEVASCO, Maria Elisa. A crítica cultural lê o Brasil. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 251-279.
- GÓES, Camila; BRITO, Leonardo. Crise da política contemporânea no Brasil: notas de um debate sobre o lulismo. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. Curitiba, v. 6, n. 2, Jul/Dez. 2015, pp. 180-199.
- LEO MAAR, Wolfgang. Luta de classes na socialização capitalista: Estado privatizado e construção privada da esfera pública. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 219-250.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornotorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2011 (150).
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012 (280).
- SINGER, André. Cutucando as onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 102, julho 2015, pp. 43-71.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Apresentação – Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 9-19.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 21-54.

Recebido em: 31/05/2018

Aprovado em: 06/09/2019

**Como citar esta resenha:**

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. O capítulo final do lulismo? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 3, set. – dez. 2019, pp. 1023-1035.